

1

Ata de Reunião

2 Ao vigésimo sexto dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco às nove horas (9h)
3 da manhã, reuniram-se no Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná) os
4 membros do Conselho Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná.
5 **Conselheiros da Sociedade Civil:** Jean Gonçalves Barreto/Quilombola/Titular, Ailton
6 Ferreira de Oliveira/Ilhéus/Suplente, Suely Alipio dos Santos/Cipozeira/Titular, José
7 Ribeiro da Silva/Ilhéus/Suplente, Rosalina Gomes dos Santos/Benzedeira/Titular, Silvana
8 Rodrigues Quintilhano/Povos de Terreiro/Titular, Conceição Vieira Ramos
9 Constante/Caiçaras/Titular, Laysmara Carneiro Edoardo/Povos de Terreiro/Titular, Claudio
10 de Andrade Corrêa/Pescador Artesanal/Titular, Rosemary Ferreira da
11 Silva/Quilombola/Titular, Nardi Terezinha Casanova/Povos Ciganos/Suplente.
12 **Conselheiros do Poder Público:** Douglas Henrique Novelli/SEJU/Suplente, Cladir
13 Volnei Nowotny/CC/Suplente, Felipe Kamaroski/SEMIPI/Titular, Gustavo Henrique Mussi
14 Augusto/CC/Titular, Lucimar Pasin de Godoy/SESA/Titular, Cláudio Guimarães
15 Amaral/SETR/Suplente, Amanda Sousa Araujo/SEIL/Suplente, Claudia Chipon
16 Staude/SEEC/Suplente, Jefferson Vinícius Meister/SEAB/Suplente, Pollyanna
17 Medeiros/SEMIPI/Titular, Nara Lucia da Silva/SEDEST/Titular, Bruno Reis
18 Martins/SEDEST/Suplente. **Convidados e ouvintes:** Ge Figueiredo/COPCT, Taise
19 Alessandra Passos/COPCT, Luiz Henrique/COPCT, Natália Schmidt/COPCT, Ana
20 Olímpia/COPCT, Lucas/NUPIER, Ana Brolo/MPPR. **Secretária Executiva:** Hayanne
21 Iovanovitchi. **Presidente:** Gustavo Mussi.

22 **Pautas:** 1. Abertura e Boas Vindas do Presidente; 2. Apreciação e aprovação da pauta; 3.
23 Leitura e aprovação da ata de dezembro; 4. Informes Gerais; 5. Relato das Comissões; 6.
24 Calendário de reuniões 2025; 7. Apresentação Via Araucária; 8. Substituição de cadeira
25 comunidades negras tradicionais; 9. Aldeia em Foco – Cuidado da Visão (oftalmologia)
26 para indígenas e povos e comunidades tradicionais; 10. Criação de Lei Estadual no
27 Paraná: Regularização de Templos Religiosos de Matriz Africana; 11. Visita da saúde nos
28 municípios para verificação de Campanha de Combate a Dengue; 12. Apresentação do
29 Projeto Energias Cooperativa; 13. Informações sobre a Conferência Estadual de Meio
30 Ambiente; 14. Protocolo de Consulta para os Povos de Terreiro; 15. Ambulância para o
31 Hospital Estadual de Guaraqueçaba; 16. Projeto de rede de energia elétrica do Pacutuba
32 a Medeiros; 17. Audiência Pública Estadual dos Povos de Terreiro; 18. Marcha das
33 Mulheres Negras 2025; 19. Constituição da comissão de acompanhamento da CPLI da
34 engorda da orla de Guaratuba; 20. Constituição da comissão de acompanhamento da
35 CPLI de extração mineral na Colônia Sutil em Ponta Grossa; 21. Encerramento.

36 **Presidente** dá as boas vindas e inicia a reunião. Informa que no período da tarde irá se
37 ausentar, pois vai participar de uma reunião do GT que trata sobre o Parque do Mate, no
38 Palácio Iguçu. Será necessário a plenária eleger um conselheiro para presidir a reunião
39 já que o Misael, vice-presidente, não está presente. A plenária elege a conselheira
40 Laysmara. Solicita para antecipar algumas pautas. **Lucimar/SESA** informa que irá se
41 ausentar também, visto que participará do Conselho de Saúde. Pede para adiantar a
42 pauta 12 e 16. **Presidente** solicita o adiamento da pauta 20, 21 e pauta 9. **Secretária**
43 **Executiva** comunica que será feita a leitura dos pontos de pauta e abertura para
44 solicitação de inclusão. **Presidente** requer a pauta dos mata-burros nas terras de
45 faxinais, pois tiveram um retorno do Ministério Público - MP e será necessário reunir mais
46 informações para que exista andamento no processo. Avisa que será necessário esperar
47 Marilei entrar na reunião. **Laysmara/Povos de Terreiro** demanda pelo adiamento da
48 pauta 5 e o ponto 19. **Secretária Executiva** confirma as pautas que ficaram para
49 discussão na parte da manhã. **Laysmara/Povos de Terreiro** solicita inclusão de pauta.
50 **Inclusão de Pautas: 21. Educação faxinalense; 22. Embargos proibitórios de**
51 **quilombos; 23. CPLI Plano de Manejo Ilhéus; 24. Invasão de Território – Adelaide.**
52 Sem mais inclusão de pontos de pauta. Segue para aprovação das atas da reunião de
53 dezembro. **Secretária Executiva** pergunta se existe alguma alteração e ninguém se
54 manifesta. Atas aprovadas. **Laysmara/Povos de Terreiro** questiona quando será
55 atualizado o site do CEPCT. **Secretária Executiva** indica que está tendo uma demora
56 para atualização do site dos dois conselhos, CEPI e CEPCT, porém as atas são publicas
57 no Diário Oficial do Estado - DIOE. **Pauta: 4. Informes Gerais. Secretária Executiva**
58 passa para os representantes da SEDEST, para que sejam explanadas questões
59 relacionadas à conferência de Meio Ambiente. **Bruno/SEDEST** pergunta se foi
60 encaminhado o link de inscrição. **Secretária Executiva** confirma. **Bruno/SEDEST** relata
61 que é parecida com a Conferência do CEPCT, é uma etapa prévia para a conferência
62 nacional e terão vagas destinadas para povos indígenas e, povos e comunidades
63 tradicionais. Os segmentos não participaram das conferência municipais e agora será a
64 oportunidade de participar da conferência nacional. Esse é o convite para representar. A
65 conferência fará a análise das propostas municipais, então os conselheiros participarão
66 da discussão das propostas e poderão se candidatar para participar da conferência
67 nacional. Deverão ser eleitos. O custeio será feito pelo MMA. **Bruno/SEDEST** informa
68 que gostaria muito que os segmentos participassem, pois as mudanças climáticas
69 atingem diretamente os PCTs, alguns membros participam das reuniões mas, nesse
70 momento estende o convite a todos os conselheiros. **Laysmara/Povos de Terreiro**
71 questiona a limitação de vagas e o custeio. **Bruno/SEDEST** anuncia que foi dialogado
72 com o Diretor da DIRPCT e o custeio será realizado pela SEMIPI na conferência estadual.
73 Já a conferência nacional terá o limite de 6 vagas. Diz que deixará o contato no chat e
74 qualquer dúvida podem entrar em contato. **Bruno/SEDEST** afirma que quanto mais
75 inscrições mais vagas terá para a conferência nacional. **Felipe/SEMIPI** avisa que a
76 participação é aberta mas o custeio que será realizado pela SEMIPI será só para os
77 conselheiros. **Laysmara/Povos de Terreiro** questiona se haverá a possibilidade de

77 custeio de titulares e suplente. **Presidente** esclarece que como está aberta a inscrição
78 para pessoas de fora do Conselho, caso o suplente se inscreva poderá participar
79 normalmente, mas não será o Conselho. **Bruno/SEDEST** comunica que a ideia é que se
80 a pessoa é titular dentro do Conselho, consequentemente seria titular na conferência, mas
81 caso possa participar de outra maneira, não tem problema. **Presidente** pergunta se o
82 cidadão comum terá direito a voto. **Bruno/SEDEST** nega. **Taise/COPCT** questiona se foi
83 encaminhado o ofício de custeio por E-protocolo, e afirma que existe uma certa limitação
84 quanto ao número de participantes custeados fora das reuniões do Conselho.
85 **Bruno/SEDEST** responde que existe o E-protocolo e que vai encaminhar o número pelo
86 Whatsapp para a Secretária Executiva para que seja localizado e encaminhado caso
87 necessário. **Rosemary/Quilombola** pergunta se é possível abrir duas vagas para cada
88 segmento. **Laysmara/Povos de Terreiro** diz que a pauta da marcha das mulheres negras
89 é no mesmo sentido, e foi colocada para saber se existe a possibilidade do auxílio e a
90 comunicação com o município para conseguir transporte. E se o Estado pode contribuir
91 com o custeio das mulheres do Paraná, não só de Curitiba e RMC. Contextualiza que a
92 previsão é reunir 1 milhão de mulheres dia 25 de novembro. **Ana Olímpia/COPCT** fala
93 que conversaram com a Secretária Leandre e a Clemilda sobre a pauta, e que não sabe
94 se já foi encaminhado. **Presidente** indica que é importante reforçar a solicitação desse
95 auxílio, e que dentro da Secretaria se verifique essa possibilidade. **Felipe/SEMIPI** sugere
96 ser delegado para a COPCT, para delegação, para a DIRPCT. **Presidente** comenta que o
97 custeio é para além dos conselheiros, então precisa de uma articulação. **Luiz/COPCT**
98 solicita que seja oficiado a COPCT para ser articulado dentro da SEMIPI.
99 **Encaminhamento: Ofício à SEMIPI.** **Ana/COPCT** relata no ano passado foi solicitado um
100 ônibus. **Laysmara/Povos de Terreiro** expressa que no nível ideal seria um ônibus por
101 região para levar as comunidades tradicionais, para conseguir abranger mais pessoas.
102 **Felipe/SEMIPI** solicita a fala para fazer um informe. No momento tem uma audiência
103 pública em Tibicanga para a carta de anuência para escolha de professores e a Diretoria
104 Geral indicou ele para participar desse diálogo, porém não existiu nada concreto. Será
105 realizada no dia 13 a próxima audiência na comunidade de Tibicanga. **Presidente**
106 demanda que seja feito os informes, depois as pautas adiantadas e depois o relato das
107 comissões. Informa que alinhou ontem para fazer uma oficina prévia ao curso de
108 conselheiros, para que seja possível iniciar o trabalho de construção do PPP de PCTs.
109 Será tratado com o planejamento e com o IPARDES para dar seguimento a essa oficina e
110 conseguir dar andamento ao PPP, mesmo que não seja construído completamente.
111 **Pauta: 8. Substituição de cadeira comunidades negras tradicionais.** **Secretária**
112 **Executiva** comenta que desde o início do Conselho os membros do segmento não
113 participaram e foi encaminhado um e-mail ao CEPCT solicitando a substituição, por isso
114 foi incluído em pauta para ser discutido como será feita a substituição. **Presidente** fala
115 que é necessário fazer um esforço para manter as cadeiras e a sua sugestão é abrir o
116 edital para nova seleção. **Lucimar/SESA** reforça que fica mais legítimo.
117 **Encaminhamento: Criação do edital para preencher as duas cadeiras.** **Pauta: 11.**
118 **Visita da saúde nos municípios para verificação de Campanha de Combate a**

118 **Dengue. Secretária Executiva** pede por quem incluiu os pontos de pauta. A plenária diz
119 que a ambulância foi solicitada pelo Cláudio e a pauta sobre a visita da saúde dos
120 municípios sobre combate a dengue foi a Nardi. **Nardi/Povos Ciganos** conta que como
121 tiveram focos de dengue no acampamento cigano, pede que seja feito um comunicado a
122 SESA, para que tomem alguma providência. **Secretária Executiva** pergunta quais são os
123 municípios. **Nardi/Povos Ciganos** diz que irá encaminhar a lista. **Secretária Executiva**
124 sugere encaminhamento de ofício, mas precisa dos dados para fazer esse
125 encaminhamento e constar em ata. Municípios de Apucarana, Ortigueira, Cascavel, Ponta
126 Grossa, São José dos Pinhais, Irati, Castro, etc. **Presidente** propõe não citar só o
127 município, mas mencionar os acampamentos. Caso algum segmento quiser incluir precisa
128 informar o município e a comunidade. **Nardi/Povos Ciganos** menciona que conversou
129 com a 1º Promotoria do município e que ficaram de dar uma resposta, visitaram o local,
130 mas não sabe dizer se retornaram. Quando chove fica muito barro na comunidade e com
131 muita água. Ficaram de retornar para informar a data da ação no acampamento.
132 **Secretária Executiva** fala que entrará em contato com a conselheira para solicitar as
133 informações mais completas para o encaminhamento do ofício. **Nardi/Povos Ciganos**
134 expressa que como o volume de chuva esta alto, é importante fazer essa visita.
135 **Lucimar/SESA** aborda a conversa com a Nardi do dia anterior, é importante essa ação e
136 o envolvimento da comunidade nesse trabalho, existem as ações de vacinação que estão
137 distribuídas em 6 regionais e hoje tem em Cascavel, Campo Mourão, Umuarama,
138 Paranaíba, Maringá, Apucarana, Londrina, Toledo e Ivaiporã. Essas regionais e seus
139 municípios estão tendo maior incidência de dengue no Estado. Pede para os conselheiros
140 verificarem em suas comunidades se têm pessoas da faixa etária que podem receber a
141 vacina para ser encaminhado as regionais. Por conta das temperaturas e da umidade, o
142 *Aedes aegypti* está se fortalecendo. Enquanto cidadãos sabem que o poder público tem
143 que atuar, mas as pessoas precisam eliminar os criadouros para somar esforços no
144 combate a doença. O “fumace” é um veneno e o ideal é ser usado em último caso, pois
145 ele só elimina os mosquitos que estão no ar e não nos criadouros. Os governos federais,
146 estaduais e municipais estão fazendo um força tarefa para conseguir combater, mas deve
147 ser feito um esforço conjunto. **José/Ilhéus** lembra que de uma tampa de garrafa até
148 uma caixa d’água pode estar servindo como criadouro. Antigamente o veneno até matava
149 mas hoje não funciona mais por conta da resistência dos mosquitos. Agora se
150 reproduzem inclusive em água suja, até a bromélia serve de criadouro. Os mosquitos se
151 reproduzem em 3 dias, e os ovos resistem 500 dias para conseguir as condições ideais
152 para desenvolver. **Lucimar/SESA** afirma que existe o Plano Nacional e Plano Estadual de
153 Enfrentamento às Parvovirose, e que junto a SESA e ao DSEI foram a uma aldeia para
154 verificar essa questão, na aldeia Ocoy. A Casa Civil tem um comitê de enfrentamento à
155 dengue, e todos os órgãos estão empenhados na ação. Esse ano já tiveram quatro
156 mortes decorrentes da dengue. **Encaminhamento: Secretária Executiva entrará em**
157 **contato com a conselheira Nardi para solicitar as informações mais completas para**
158 **o encaminhamento do ofício para SESA, sobre os focos de dengue nos**
159 **acampamentos. Solicitar os nomes dos municípios e acampamentos.** Pauta: 15.

159 **Ambulância para o Hospital Estadual de Guaraqueçaba. Claudio/Pescador Artesanal**
160 diz que a ambulância utilizada é a do município e que como tem 28 comunidades, a
161 demanda de buscar as pessoas com a lancha sobrecarrega, então é necessário a
162 disponibilização de uma lancha do Estado. **Laysmara/Povos de Terreiro** pede para
163 complementar. A lancha é da UBS, do município, e o hospital regional que faz o
164 atendimento é do estado. A solicitação é ter uma segunda ambulância para utilizar. O
165 deslocamento de carro é 6 horas enquanto o de lancha é 35 minutos, relata que já
166 houveram casos de parto na estrada e mortes, por conta dessa falta de transporte.
167 **Presidente** pergunta se essas informações conseguem ser materializadas.
168 **Felipe/SEMIPI** diz que tem no relatório final da conferência a solicitação da ambulância.
169 **Presidente** questiona se existe a possibilidade do estado adquirir essa ambulância.
170 **Lucimar/SESA** indica que existe uma rede de urgência e emergência, e sugere
171 encaminhar para a SESA. Existem 6 helicópteros disponíveis na rede de urgência e
172 emergência para busca em áreas de difícil acesso. **Laysmara/Povos de Terreiro**
173 manifesta que na Operação Verão tem um atendimento maior e fora disso a comunidade
174 fica desassistida. **Lucimar/SESA** expõe que no Verão Maior existe um deslocamento da
175 atenção de todo o estado para lá, mas que o estado não se ausenta do atendimento.
176 Devem ter uns 7 anos que já existe essa ambulância. A plenária discute o estado da
177 ambulância. É precária e não tem estrutura para atendimento médico. **Lucimar/SESA**
178 reforça que deve ser feito o encaminhamento de ofício. **Encaminhamento: Ofício à**
179 **SESA de solicitação de segundo transporte de ambulância em lancha.** Pauta: 19.
180 **Constituição da comissão de acompanhamento da CPLI da engorda da orla de**
181 **Guaratuba e 20. Constituição da comissão de acompanhamento da CPLI de**
182 **extração mineral na Colônia Sutil em Ponta Grossa.** **Presidente** comenta que vêm
183 aumentando o número de solicitações de acompanhamento do conselho nessas
184 consultas. Sugere a criação de um procedimento de delegação para a diretoria executiva,
185 para que seja delegado o acompanhamento por essa diretoria antes das plenárias, pois a
186 plenária demora e atrasa o acompanhamento. Deve ser seguido a paridade e
187 economicidade. Devem selecionar pessoas próximas da região para participar dessas
188 consultas. **Felipe/SEMIPI** propõe que os conselheiros governamentais devem ser de
189 pastas pertinentes. **Presidente** ressalta que as vezes existe conflito de interesse quando
190 se trata de empreendimentos do Estado. Pode ser levado em consideração, mas é
191 necessário atenção com isso, já que ocorreu um caso do IAT participar e não ser possível
192 se manifestar. Recomenda constituir as duas comissões e depois abrir para discussão
193 dessa delegação a diretoria executiva. **Laysmara/Povos de Terreiro** questiona sobre a
194 comissão dos mata-burros. **Secretária Executiva** indica que essa é uma comissão
195 temporária, nos mesmos moldes. Aconselha que seja feita a construção das comissões
196 para depois fazer os demais encaminhamentos. **Presidente** fala que aconteceu a primeira
197 reunião da CPLI da engorda de Guaratuba, ele estava presente como Presidente do
198 Conselho e solicitou que essa reunião não fizesse parte do processo, visto que os
199 veranistas participaram da reunião e somente esse grupo se manifestou. Como
200 conselheiro, teria dificuldade de dizer que essa reunião fez parte da CPLI, pois

200 nitidamente causou um constrangimento a comunidade da prainha. Parte da comunidade
201 trabalha no late Club e os veranistas são usuários e sócios. A reunião foi realizada
202 novamente, não pôde acompanhar, mas pediu a ata e a gravação. Não sabe o que saiu
203 de encaminhamento mas é importante relatar para que a comissão fique ciente.
204 **Comissão de acompanhamento da CPLI da orla de Guaratuba: Claudio, Suely,**
205 **Conceição, Felipe, Cláudio e Claudir/Gustavo. Comissão de acompanhamento CPLI**
206 **extração mineral Colônia Sutil em Ponta Grossa: Jean, Marilei, Rosemary, Felipe,**
207 **Cláudio e Gustavo/Claudir. Presidente** ressalta que a comissão do processo dos mata-
208 burros é para instruir e levantar informações, diferente das comissões de
209 acompanhamento. **Comissão de instrução do processo dos mata-burros: Marilei,**
210 **Laysmara, Gilmar, Felipe, Lucimar e Gustavo/Claudir. Secretária Executiva** anuncia
211 que o Flávio mandou mensagem dizendo que encaminhou um e-mail para o CEPCT com
212 uma denúncia ao ataque do afoxé em Paranaguá e se é possível ler em plenária.
213 **Laysmara/Povos de Terreiro** propõe que seja garantida a ampla informação sobre as
214 comissões no grupo do Conselho, quando as comissões forem criadas no intervalo entre
215 as plenárias. **Presidente** menciona que é importante ter a atribuição à diretoria executiva,
216 mas fica decidido de ser informado no grupo para a ciência dos conselheiros.
217 **Laysmara/Povos de Terreiro** resume que em situações em que as comissões serão
218 compostas com urgência, a diretoria chama no grupo de Whatsapp, compõe a comissão e
219 consta em ata na próxima reunião. **Felipe/SEMIPI** pede a atenção no uso do grupo.
220 **Presidente** reforça que o grupo é para ser usado somente para assuntos institucionais.
221 **Pauta: 5. Relato das Comissões. Comissão Permanente de Educação, Direitos**
222 **Humanos e Patrimônio Cultural.** 1. Protocolo: 18.966.082-0 - Ofício referente as
223 solicitações das comunidades tradicionais de Gramadinho e Varzeão. Parecer da
224 comissão: **Silvana/Povos de Terreiro** inicia. Foi solicitado à SEED uma avaliação por
225 conta do transporte escolar dos municípios até a escola, que está impedido de acontecer.
226 A SEED afirmou que tem o transporte e nesse sentido não havia nada a ser tratado. O
227 ofício direcionava que o transporte não estava acontecendo devido as condições da
228 estrada. Segundo os relatos existe uma cancela no meio da estrada. **Encaminhamento:**
229 **A comissão sugere solicitar à Secretaria Municipal de Educação, ao Núcleo**
230 **Regional de Educação Norte, à Prefeitura Municipal e o Departamento de Transporte**
231 **Escolar de Dr Ulysses, uma vistoria na linha escolar com análise do trajeto,**
232 **imagens e identificação do responsável, considerando a falta de manutenção da**
233 **estrada e a limitação do acesso do ônibus escolar.** **Presidente** acrescenta que está
234 tratando direto com essas comunidades e a SEAB vai fazer a cessão de uso de uma
235 floresta, e terá uma reunião para construir uma associação das associações. Esteve lá e
236 viu a cancela, por que existe uma área que vai ser disponibilizada para os quilombolas e
237 outra área que está com concessão de retirada de madeira. Existe essa disputa de qual
238 área é o que e quem pode ou não retirar madeira, de onde. A própria comunidade do
239 Varzeão que colocou a cancela para ter essa divisão das propriedades. **Presidente**
240 aconselha encaminhar da maneira como foi feito, mas irá verificar se causa o
241 impedimento do transporte mesmo. 2. Ofício: 535/2025 – Retorno MPF denúncia ação

241 AIFA. Parecer da Comissão: **Silvana/Povos de Terreiro** afirma que existiu uma má
242 interpretação, pois na avaliação da demolição nas comunidades Caribe, Poço Preto e Ilha
243 dos Valadares o MPF avaliou o estado atual em que não existiam mais as casas,
244 constatando que não havia nenhum prejuízo. **Encaminhamento: A comissão sugere**
245 **solicitar uma nova avaliação do MPF com base no estado anterior da demolição,**
246 **utilizando registros fotográficos fornecidos pelos moradores que foram**
247 **desalojados, conforme listagem anexada à solicitação.** Secretária Executiva indica
248 que a demanda chegou pelo Aorelio e foi feito esse ofício após a solicitação.
249 **Felipe/SEMIPI** diz que o processo foi atropelado pois foi feito o despejo truculento.
250 **Silvana/Povos de Terreiro** ressalta que também pediram de acordo com a LGPD, que a
251 coleta de dados seja feita de forma anônima e mantendo a privacidade. **Presidente** fala
252 que não reconhecem a população como tradicional. **Felipe/SEMIPI** propõe convidar o
253 Advogado Geovani que está trabalhando no processo. **Presidente** manifesta que essa
254 recomendação envolve 1230 casas, mansões em região de mangue, mas claro que
255 começaram pelas comunidades mais pobres. **Conceição/Caiçaras** comenta que aquela
256 comunidade fazia manejo e tinha respeito pelo mangue e era necessário ao menos uma
257 notificação à comunidade antes de ser feita a demolição. **Presidente** alega que não vê
258 outra opção que não seja judicialização. Na época do Antônio, tentou solicitar para a DP
259 atuar na questão. Sugere provocar o NUPIER para que seja feita uma ação. **Luiz/COPCT**
260 reforça que é importante fazer uma reunião com a Defensora Camile. **Encaminhamento:**
261 **Secretária Executiva recomenda fazer um ofício documentando para o NUPIER para**
262 **depois fazer a solicitação da agenda. A plenária indica para participar: Conceição,**
263 **Aorelio, Cláudio e Felipe.** A plenária discute que algo deve ser feito para a defesa.
264 **Felipe/SEMIPI** cita para incluir o Advogado Giovani. **Presidente** diz que se a demanda
265 está sendo passada para a Defensoria, seria sem sentido chamar um advogado.
266 Comissão Temporária de Revisão do Regimento Interno do CEPCT/PR. **Laysmara/Povos**
267 **de Terreiro** inicia. **Encaminhamento: chamarão uma reunião online na primeira**
268 **quinzena de março para fazer uma revisão geral do que está escrito, com inclusões**
269 **e apresentar na próxima reunião ordinária.** **Presidente** sugere disponibilizar para
270 leitura prévia antes da reunião. **Felipe/SEMIPI** pergunta sobre a presidência.
271 **Laysmara/Povos de Terreiro** responde que será definida em maio. **Comissão**
272 **Permanente de Território, Desenvolvimento Socioambiental Sustentável e Segurança.** 1.
273 Protocolo: 16.003.873-0 – Providências para elaboração conjunta do Plano de Ação para
274 Desenvolvimento Sustentável de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do
275 Paraná. Parecer da comissão: **Laysmara/Povos de Terreiro** afirma primeiro que
276 receberam um relatório com as visitas e a disponibilização do IDR na produção de um
277 plano conjunto com o CEPCT. **Encaminhamento: Rascunhar o plano conjunto. O**
278 **protocolo pode ir para arquivamento.** **Secretária Executiva** explica que esse protocolo
279 foi para a comissão e o encaminhamento foi de questionar o órgão sobre quais as ações
280 para os PCTs, e essa foi a resposta. **Laysmara/Povos de Terreiro** complementa que a
281 abertura para o plano conjunto é o ideal. 2. Protocolo: 23.333.261-5 e 23.088.396-3 – Via
282 Araucária Concessionária de Rodovias. Parecer da comissão: **Laysmara/Povos de**

282 **Terreiro** ressalta que esse protocolo bate na pauta 7 da Via Araucária da reunião que foi
283 colocado pela Nardi. Na comissão fizeram um parecer conforme a reunião da manhã de
284 ontem. Contextualiza que tem uma comunidade cigana acampada na área da BR e a Via
285 Araucária solicita uma comunicação e se coloca a disposição para o auxílio junto ao
286 Poder Público a fazer a remoção dessas pessoas por ser área de risco. **Secretária**
287 **Executiva** fala que a comunidade já saiu do local. Existe um problema recorrente com a
288 dinâmica de território da comunidade cigana, antigamente o local era acessado com
289 frequência e agora é área de domínio, por conta da Via Araucária devem ser retirados do
290 local. **Felipe/SEMIPI** lembra que a SEAP entrou em contato com a SEMIPI, foi até o
291 local e eles não estão mais lá. **Secretária Executiva** reforça que eles foram embora mas
292 se chegar outro grupo irão parar na área também. **Laysmara/Povos de Terreiro** lê a
293 sugestão de encaminhamento da comissão, tanto para o protocolo quanto para a pauta
294 de número 7. **Encaminhamento: Notificação à Prefeitura de Curitiba com relação a**
295 **realização de uma carta compromisso junto a Conferência Brasileira Cigana para a**
296 **construção de um centro de referência da comunidade cigana, para que funcione**
297 **em um formato de casa de itinerância. A solicitação é conforme a campanha do**
298 **atual prefeito, que seja garantido a segurança e o espaço para essas pessoas. Fica**
299 **mais facilitado o acesso para assistência social, saúde e demais políticas. Luiz**
300 **menciona que pode ser feito um pensamento macro no Estado. Pensado com a**
301 **SEMIPI e a SEAP um planejamento junto aos conselhos de igualdade racial para os**
302 **municípios que possuem conselho, a disponibilização de um terreno com**
303 **saneamento e estrutura básica para receber os povos ciganos em itinerância. Ofício**
304 **à DIRPCT.** **Laysmara/Povos de Terreiro** sugere que o espaço possa ser utilizado para
305 povos indígenas em itinerância também. **Tatiane/Povos Ciganos** acrescenta que essa
306 questão é antiga. Quando a comunidade consegue acampar é expulsa, mesmo que se
307 trate de terrenos públicos. Isso precisa ser olhado com mais atenção porque é uma
308 demanda recorrente, quando não são expulsos são realocados em terrenos longe
309 dificultando a atividade de venda do grupo. **Encaminhamento: Secretária Executiva**
310 **recomenda contextualizar no ofício a questão da atividade econômica da venda.**
311 **Enviar para a prefeitura, SEMIPI, secretarias dos municípios e a SEAP.**
312 **Felipe/SEMIPI** acredita que pelo município vai ser mais fácil, do que pelo governo. 3.
313 Protocolo: 23.001.440-0 - Solicitação de Acompanhamento junto ao Processo de CPLI da
314 Extração Mineral de Ponta Grossa. **Encaminhamento: Laysmara lembra que a**
315 **comissão já foi constituída e que o parecer da comissão é emitir uma nota com os**
316 **procedimentos necessários para CPLI a ser direcionado para empresa. Secretária**
317 **Executiva propõe criar um documento padrão para ser encaminhado sempre que**
318 **surgir a demanda.** **Comissão Permanente de Saúde e Infraestrutura.** 1. Protocolo:
319 18.154.551-8 – Solicita Manifestação do CEPCT/PR Acerca da Reabertura da Estrada-
320 Parque Caminho do Colono. Parecer da comissão: **Lucimar/SESA** relata a respeito da
321 Estrada do Colono que passa por dentro do PARNA do Iguaçu, são 18 km de estrada.
322 Existiu um projeto de lei de 2010 solicitando que a estrada fosse reaberta mas em 2013
323 foi arquivado pelo Senado Federal devido seus impactos ambientais. Em 2021 existiu

323 uma nova tentativa de reabrir a estrada e culminou que o Senado novamente comunica o
324 arquivamento. **Encaminhamento: A comissão recomenda o arquivamento.** A plenária
325 discute que a estrada tem a intenção de ser aberta para outros propósitos que não
326 turísticos. Próxima pauta. **Pauta: 6. Calendário de reuniões 2025. Secretária Executiva**
327 lê as datas. Dias 08 e 09 de abril, 10 e 11 de junho, 05 e 06 de agosto, 07 e 08 de outubro
328 e 02 e 03 de dezembro. **Jean/Quilombola** pergunta como ele faz para acessar as atas.
329 **Secretária Executiva** afirma que manda no grupo do Whatsapp. **Secretária Executiva**
330 lembra a questão do Seminário de PCTs que será dia 02 de abril organizado pela
331 DIRPCT. Sugere mudar a data para após o Seminário, nos dias 03 e 04. **Luiz/COPCT**
332 reforça que o tema é acesso à justiça, que vai ter a DP, MP e que vai ser importante a
333 participação dos conselheiros. **Secretária Executiva** comenta que foi encaminhado ofício
334 aos ministérios para apresentação dos planos e políticas nacionais dos PCTs.
335 **Laysmara/Povos de Terreiro** questiona se não pode ser mudada a data do seminário.
336 **Luiz/COPCT** responde que talvez seja melhor mudar a data da reunião.
337 **Laysmara/Povos de Terreiro** solicita que a reunião seja no dia 01 e no dia 03. A plenária
338 aprova. Dia 01 reunião do Conselho, dia 02 seminário, e dia 03 plenária do Conselho.
339 **Laysmara/Povos de Terreiro** questiona novamente, com relação ao seminário, se o
340 nome está sendo divulgado como seminário estadual. **Luiz/COPCT** afirma.
341 **Laymara/Povos de Terreiro** pergunta também como será a participação dos PCTs do
342 Estado do Paraná. **Luiz/COPCT** menciona que será feita a divulgação após o carnaval.
343 **Laysmara/Povos de Terreiro** ressalta que dia 21 de março acontecerá o Seminário
344 Estadual dos Povos de Terreiro. Questionou o Eduardo/DIRPCT sobre a presença dos
345 povos de todo o estado e ele disse que ia ter pessoas da RMC. Isso não é representação
346 estadual. É necessário voltar para a participação efetiva dos PCTs. Para os próximos
347 eventos, é necessário pensar na participação dos representantes de todo o estado. Esse
348 deslocamento é complicado de acontecer por conta do custeio do transporte, mas se tiver
349 a possibilidade de pensar isso e caso não, se existe como mudar a nomenclatura. A
350 recomendação do Conselho sobre o seminário é aprovado pela plenária. **Misael/Ilhéus**
351 entra e saúda todos os conselheiros, acrescenta que os ilhéus estão bem representados.
352 **Secretária Executiva** comenta que a pauta da apresentação da Via Araucária não será
353 possível agora já que o representante não está presente. Deixam reservado para caso o
354 representante consiga aparecer. **Pauta: 9. Aldeia em Foco – Cuidado da Visão**
355 **(oftalmologia) para indígenas e povos e comunidades tradicionais.** **Luiz/COPCT**
356 começa a apresentação sobre o projeto da renovatio - Aldeia em Foco. Será realizado no
357 litoral do paraná com o grupo indo até as ilhas para fazer o atendimento. Está
358 acontecendo a negociação para estarem presentes no dia 21. A parceria está sendo
359 pensada para atender todos os povos e comunidades tradicionais do estado, para que
360 sejam fornecidos os óculos e os encaminhamentos caso precisem de exames e
361 tratamentos posteriores. **Claudio/Pescador Artesanal** pergunta se vão ser todas ou
362 somente algumas ilhas. **Luiz/COPCT** responde que somente algumas. O calendário está
363 sendo elaborando junto com a SEMIPI e após isso vai ser encaminhado ao Conselho para
364 informe. **Conceição/Caiçaras** fala que na comunidade dela tem bastante necessidade.

364 **Luiz/COPCT** pede para que seja encaminhado ofício ou memorando à Coordenação.
365 **Pauta: 10. Criação de Lei Estadual no Paraná: Regularização de Templos Religiosos**
366 **de Matriz Africana. Silvana** diz que em 2021 foi criada uma lei, Lei 13196/2021, de
367 regularização de entidades religiosas fornecendo o alvará de funcionamento sem a
368 burocratização. A partir dela foi criado um decreto de regulação do processo de solicitação
369 de alvará de funcionamento. Em 2023 ocorreu a alteração do decreto na qual foi realizada
370 a reestruturação da lei. A regularização cabe aos municípios e não ao estado, porém
371 existe uma jurisprudência de que até 250 pessoas não necessitam de alvará de
372 funcionamento. A urgência diz respeito aos povos de terreiro pelo fato dos templos não se
373 criarem de maneira repentina, os templos se constroem de maneira particular. Porém,
374 com o racismo religioso e a intolerância religiosa, denúncias vêm sendo realizadas por
375 meio dos poderes públicos. A prefeitura vai até o local e notifica o terreiro de que
376 necessitam ou adquirir o alvará ou fechar. A casa dela foi notificada pela prefeitura em um
377 dia que a casa estava fechada. **Silvana/Povos de Terreiro** propõe a possibilidade de
378 ajustar ou ter como parâmetro outros estados que já conseguiram alterar a lei. Conseguiu
379 avançar com essa pauta no caso dela, mas quer que isso seja estendido aos outros
380 terreiros. **Silvana/Povos de Terreiro** gastou aproximadamente 100 mil reais com isso.
381 Existem muitas inviabilidades. Teve que fazer projeto de isolamento acústico, vistoria do
382 corpo de bombeiros. Considera relevante ter exigências para que tenha uma boa
383 convivência social, mas existem casos em que não utilizam os atabaques e nesses casos
384 não tem necessidade de ter o isolamento acústico prévio ao alvará. Solicita que exista
385 uma análise jurídica para seguirmos os padrões das outras cidades e entender as
386 necessidades dos terreiros daqui. **Luiz/COPCT** indica que esteve em reunião com o
387 NUPIER na qual foi conversado sobre a DPE junto da SEMIPI montar um grupo de
388 trabalho para tratar dos povos de terreiro com base no decreto federal de 2024. Solicita
389 que o ofício seja encaminhado para COPCT para ser debatido nesse grupo de trabalho. O
390 NUPIER se colocou disposto a trabalhar nessa pauta e quando o grupo for formado será
391 solicitado ao Conselho designar pessoas para coordenar o GT junto da SEMIPI e o
392 NUPIER. Se precisar faz viagem aos municípios para dialogar com os prefeitos e as
393 câmaras municipais. **Silvana/Povos de Terreiro** expõe que expõe que muitos municípios
394 são resistentes e burocráticos para facilitação de alvará de funcionamento para templos
395 religiosos, especificamente terreiros. Preencheu todos os pré-requisitos e quando chega
396 na hora de entregar o alvará eles barram. **Laysmara/Povos de Terreiro** por questão de
397 ordem, anuncia que os pontos de pauta dos povos de terreiro são complementares e que
398 se adiantar o ponto décimo quarto – **Pauta: 14. Protocolo de Consulta para os Povos**
399 **de Terreiro**, e o décimo sétimo – **Pauta: 17. Audiência Pública Estadual dos Povos de**
400 **Terreiro**, talvez possa ser feito um único encaminhamento sobre. Ressalta que uma
401 audiência pública estadual tem legitimidade, traz a preocupação de ampliar todos os
402 esforços que Curitiba e região está fazendo para finalizar o Protocolo de Consulta. Mas
403 estão com dificuldade de conseguir circular entre outras regiões do estado por questões
404 próprias do povo. É necessário um espaço formal de debate. Essa audiência chamada
405 pelo Conselho levada como proposta e discussão para a ALEP têm força para caminhar.

405 **Felipe/SEMIPI** relata que a audiência pública vai fundamentar a possibilidade do projeto
406 de lei. **Secretária Executiva** manifesta que existe uma dificuldade quanto ao custeio da
407 participação de representantes de todo o estado. **Luiz/COPCT** sugere audiências públicas
408 regionais, 07 ou 08 audiências para que seja debatido a pauta de forma descentralizada.
409 **Felipe/SEMIPI** expressa que a audiência pública descentralizada pode tender ao
410 fracasso. **Laysmara/Povos de Terreiro** acrescenta que pode ser uma etapa preparatória
411 para a audiência pública na ALEP em Curitiba. **Luiz/COPCT** fala que podem ser
412 construídos documentos para ser levado para audiência de Curitiba. Pergunta se a
413 sociedade civil não pode fazer esse levantamento para que seja feita a audiência de
414 forma mais urgente. **Laysmara/Povos de Terreiro** relata que teve problema na
415 conferência quanto a especificidade dos povos de terreiro. Se dispõe a iniciar o contato
416 com as lideranças para que seja organizada essa representação de todo o estado mesmo
417 que seja em poucas pessoas de cada região. **Encaminhamento: Provocação para**
418 **realização de audiência pública para ALEP.** **Presidente** questiona se como precisa de
419 etapas prévias, precisa de alguém para conduzir esse processo. **Luiz/COPCT** diz que o
420 NUPIER quer fazer um mapeamento. **Taise/COPCT** pergunta o prazo. **Luiz/COPCT** alega
421 que em 15 dias vai ter outra reunião para poder estabelecer isso. **Encaminhamento:**
422 **Taise sugere oficial o NUPIER para a participação do Conselho no GT – DPE e**
423 **SEMIPI para tratar dos povos de terreiro.** **Laysmara/Povos de Terreiro** fala que está
424 contemplada pelo encaminhamento, mas fica em dúvida quanto a elaboração de algum
425 documento para prefeitura ou câmara de Londrina. Será de ordem estadual. **Presidente**
426 afirma que a competência de gestão do território é municipal. **Felipe/SEMIPI** diz que a lei
427 estadual pode regular. A plenária discute sobre qual é o caráter que essa lei deve ter. A
428 questão vai surgir a partir da audiência pública. **Presidente** aborda que é possível fazer a
429 articulação com ALEP. Fica registrado a denúncia do Flávio/Fórum acerca do caso do
430 afoxé de Paranaguá. Pausam para o almoço. Retorno da parte da tarde.
431 **Laysmara/Povos de Terreiro** inicia o relato da denúncia do Afoxé de Paranaguá. No dia
432 das manifestações culturais que um grupo de afoxé estava reproduzindo, uma pastora da
433 religião evangélica iniciou ataques em áudios chamando pessoas para jejuarem em
434 virtude da passagem do afoxé. Durante uma transmissão do cortejo mais pessoas
435 compartilharam uma série de comentários intolerantes. A carta vem do quórum pedindo
436 por providências. Foi enviado de uma carta de repúdio para o MP e a Câmara de
437 Vereadores de Paranaguá foi comunicada. Foi aberto um boletim de ocorrência também
438 contra a responsável que iniciou essas manifestações. **Laysmara/Povos de Terreiro**
439 afirma que realizar apenas uma carta de repúdio não contempla a complexidade do caso.
440 **Encaminhamento: Sugere ser feito uma assinatura em conjunto para o MP junto ao**
441 **presidente do afoxé. Enviar a carta do fórum também. O caso realmente é realizar o**
442 **B.O e intimação da responsável pelo início das manifestações. Como isso foi feito,**
443 **o CEPCT deve solicitar ao Ministério Público, através de ofício, o acompanhamento**
444 **do caso.** **Secretária Executiva** pergunta se a pessoa responsável pelo Projetos
445 Cooperativas está online para fazer a apresentação da pauta. **Secretária Executiva** passa
446 para a pauta da Via Araucária. **Pauta: 7. Apresentação Via Araucária. Alisson/Via**

446 **Araucária** inicia a apresentação. Atua como coordenador de meio ambiente e trata de
447 todas as questões socioambientais que envolvem a empresa. A Via Araucária é uma
448 concessão de rodovias, realizam operação e obras para as rodovia, principalmente a BR -
449 277. É a rodovia mais movimentada, principal para escoamento de carga e atualmente
450 tem alto números de acidentes, com a necessidade da melhoria da estrutura, o governo
451 emitiu o lote de construção pela Via Araucária. A empresa participou do leilão e ganhou o
452 contrato, assinado em janeiro de 2024. Até então todas as obras para revitalizar o
453 pavimento, construir as bases de apoio ao usuário e deixar todos os serviços que são
454 necessários para a rodovia funcionar foram realizados. Foi apenas manutenção da
455 rodovia. Assegura que existem vários serviços ao longo da rodovia para atendimento ao
456 usuário. Apresenta os pontos onde serão realizadas a duplicação e as faixas adicionais de
457 pontos que já são duplicados, passando por Balsa Nova, São Luiz do Purunã e Campo
458 Largo. **Alisson/Via Araucária** ressalta que o primeiro estudo está em fase final, um
459 relatório ambiental simplificado. Foi feita toda a parte socioambiental da região, só estão
460 no aguardo da licença prévia do IAT. O empreendimento é viável, nenhuma unidade de
461 conservação será afetada de maneira muito agressiva, não haverá grande perda de
462 biodiversidade que não seja possível realocar. E para dar seguimento, precisam realizar a
463 consulta livre prévia e informada com os PCTs que a área de obra abrange. Tem os
464 faxinais e os quilombos. O processo é realizado pelo INCRA, não podem chegar
465 diretamente com as comunidades. **Taise/COPCT** questiona sobre a aldeia do Parque do
466 Mate. **Alisson/Via Araucária** diz que por não se tratar de uma terra demarcada e não se
467 tratar da área de duplicação da rodovia, que é a obra que possui maior impacto, ela não
468 está sendo considerada. **Laysmara/Povos de Terreiro** comenta que mesmo que não
469 seja terra demarcada, ela deve ser considerada. **Alisson/Via Araucária** diz que não, pois
470 é outro tipo de trâmite, outra intervenção, com o IBAMA. Fizeram estudos e conversaram
471 com o município, acompanharam com o MP, mas não cabe a empresa essa avaliação.
472 Quando chegar o momento será tratado com o órgão ambiental que está ciente. Segue a
473 apresentação. As obras serão realizadas em anos diferentes por conta da extensão da
474 rodovia. Ressalta o cronograma em ordem de como as ações devem seguir. No próximo
475 mês começarão as CPLI e em abril firmarão o programa de acompanhamento de povos
476 faxinais, que será salvo todos os acordos e será conversado sobre os possíveis impactos
477 do empreendimento na comunidade. Finaliza a apresentação. **Alisson/Via Araucária**
478 acrescenta que o Faxinal de Marcondes é a comunidade mais próxima a obra, com 50
479 metros. **Marilei/Faxinalenses** questiona se pensam em outros encontros com outras
480 comunidades. **Alisson/Via Araucária** responde que precisa ser combinado com a
481 comunidade. **Marilei/Faxinalenses** passará o contato do Dimas e pede que seja
482 oficializado por e-mail para dialogarem. **Alisson/Via Araucária** reforça que com relação a
483 presença das comunidades indígenas de Campo Largo, será tema pra outra discussão e
484 pode ser encaminhado nos canais de contato da empresa. **Laysmara/Povos de Terreiro**
485 manifesta que o contato com a Marilei foi feito, a partir disso a conselheira informa o
486 Conselho se for necessário alguma providência. Em termos de pauta, está vencida.
487 **Pauta: 12. Apresentação do Projeto Energias Cooperativa.** O responsável pela pauta

487 não está presente. **Pauta: 16. Projeto de rede de energia elétrica do Pacutuva a**
488 **Medeiros. Laysmara/Povos de Terreiro** expõe que se trata de uma obra abandonada,
489 uma obra de instalação de energia elétrica que chegou até um determinado local e parou.
490 A justificativa é a estrada precária e desse modo não teriam como seguir com a obra. Está
491 abandonada há quatro anos. Pedem por esclarecimento e providências do município, da
492 prefeitura, sobre o prazo de finalização. **Claudio/Pescador Artesanal** alega que a obra
493 foi até o Pacutuva e parou ali, mas era para ir até Medeiros. **Laysmara/Povos de**
494 **Terreiro** ressalta que faltam uns 10 a 15 km de obra. **Lucas/DPE** pede para Cláudio
495 indicar os pontos. **Encaminhamento: Ofício para o município de Guaraqueçaba**
496 **solicitando esclarecimento e providências. Acionamento da empresa de energia**
497 **elétrica para requerer prazo de finalização. Cláudio ira passar informações que tem**
498 **ciência sobre a obra, os pontos, para melhor informar o ofício.** **Pauta: 21. Educação**
499 **faxinalense. Laysmara/Povos de Terreiro** comenta que existe uma preocupação com o
500 currículo da educação quilombola e indígena. Com os faxinalenses não há essa
501 preocupação com a educação no campo. Pensaram em questionar a SEED se há alguma
502 iniciativa sobre currículo nesse sentido, ou até mesmo uma cobrança se não existir.
503 Reforçam as ações afirmativas nas comunidades faxinalenses. Especificidades da
504 educação escolar nos moldes necessários para os faxinais. O Paraná tem
505 responsabilidade na manutenção e preservação da especificidade cultural e identitária
506 das comunidades faxinalenses. **Lucas/NUPIER** questiona se a demanda é sobre um
507 faxinal específico. **Laysmara/Povos de Terreiro** coloca que conforme o relato da Marilei,
508 as crianças são tratadas de forma genérica. Estão acontecendo perdas identitárias. Da
509 mesma forma que uma escola indígena e quilombola pensa nas especificidades, para
510 com os faxinalenses devem ser assim também. **Lucas/NUPIER** enfatiza que a SEED tem
511 uma coordenadoria de diversidade. **Encaminhamento: Ofício para tratar com a SEED**
512 **se existe uma iniciativa sobre currículo faxinal, dentro da educação no campo.**
513 **Verificar com a Diretoria de Diversidade da SEED.** **Pauta: 22. Embargos proibitórios**
514 **de quilombos. Jean/Quilombolas** aborda sobre as proibições, não podem roçar e não
515 podem plantar, não podem utilizar do seu território para seu sustento. Conversaram com o
516 ICMbio e disseram não poder fazer nada. Usavam a área normalmente, já era área
517 consolidada, mas a partir de 2018 começaram a ter problemas com a justiça por conta de
518 uma empresa que entrou contra a comunidade. Estão levando multa por roçar a terra,
519 mesmo tendo posse da área. Tentam criminalizar a comunidade. A empresa é a Grupo
520 Arvoredo. Fazem denúncias, utilizam drones quando acham que a comunidade está
521 fazendo algo. A comunidade não está podendo produzir. Existe uma resistência por ser o
522 modo de viver, mas os filhos dos quilombolas estão indo para as cidades, abandonando o
523 território. **Taise/COPCT** pergunta se a empresa está ocupando o mesmo espaço que eles.
524 **Jean/Quilombolas** responde que eles tem matrículas em cima de terra devolutas. A
525 comunidade chegou muito antes. A empresa utiliza da polícia ambiental.
526 **Jean/Quilombolas** levou multa sobre espaços pequenos, que iria fazer a casa dele e
527 uma horta. A notificação vem da polícia ambiental e vai para o IAT. Precisam dar área
528 tombada para poderem mexer, para trabalhar com a terra. A comunidade protege o meio

528 ambiente. **Laysmara/Povos de Terreiro** questiona qual o encaminhamento sobre o
529 tombamento das coivaras, na última reunião. **Jean/Quilombolas** fala que o ofício foi ao
530 IPHAN. **Laysmara/Povos de Terreiro** expõe que está faltando presença governamental
531 na plenária, devem pensar juntos no encaminhamento. Plenária discute. **Lucas/NUPIER**
532 quer falar com o Nuno para ver como está o processo. Sugere chamar os outros órgãos.
533 **Taise/COPCT** questiona se a área é APA, por estarem multando. **Jean/Quilombolas** diz
534 sim. Quer comunicação para entender um meio termo para resolver a parte de território.
535 **Taise/COPCT** fala se é o caso de chamar o ICMBio e o IAT fazer uma reunião com todos
536 os órgãos. A respeito de uma pauta bem complicada no Conselho dos Povos Indígenas
537 funcionou bem esse encaminhamento. Plenária debate o melhor formato de
538 encaminhamento. **Encaminhamentos: Levantar qual o processo na Defensoria**
539 **Pública de titulação de terra. Chamar para convidados fixos a Defensoria. Chamar**
540 **reunião com MP, INCRA, ICMBio, Promotoria de justiça de Antonina, DP, DPU, IAT.**
541 **Ana Brolo/MPPR** sugere também contato com a Promotoria de Justiça de Antonina, que
542 é o órgão do MPPR com atribuição de atuação na matéria. 1a Promotoria de Justiça de
543 Antonina. E-mail antonina.1prom@mppr.mp.br - Promotor Dr Alan Bolzan Witczak /
544 abwitczak@mppr.mp.br - tel. 41 – 3432-2764. **Laysmara/Povos de Terreiro** menciona
545 que a vulnerabilização acontece com outros povos, mas nesse caso tem sido
546 emergencial. Precisam resolver de forma mais abrangente. É violação de direitos. **Ana**
547 **Brolo/MPPR** se apresenta. É assessora jurídica no Centro de Apoio Operacional das
548 Promotorias de Justiça de Proteção aos direitos Humanos, assessora especificamente o
549 Núcleo de Promoção e Defesa do Direitos dos PCTs. **Pauta: 23. CPLI Plano de Manejo**
550 **Ilhéus. Ailton/Ilhéus** fala sobre o ICMBio estar consultando o protocolo, fizeram
551 praticamente todas as etapas e a etapa atual seria virem para poderem debater o que
552 pode e o que não fazer, para seguir. Porém o órgão quer que mandem para eles, para
553 eles mandarem para Brasília e então viriam com a resposta. Não é assim que funciona o
554 protocolo de consulta. Estão culpando os ilhéus por estarem atrasando o plano, mas são
555 eles que estão descumprindo o acordo. **Laysmara/Povos de Terreiro** reforça que o
556 órgão está descumprindo a CPLI. **Ailton/Ilhéus** diz que usarão o laudo que eles tem, o
557 que eles mesmo decidirem e o protocolo não diz isso. Comenta que é área de APA.
558 Plenária discute. **Encaminhamento: Ofício ao ICMBio para esclarecimentos. ICMBio**
559 **regional e Defensoria Pública - NUPIER, Ministério do Meio Ambiente. Pauta: 24.**
560 **Invasão de Território – Adelaide. Rosemary/Quilombolas** menciona que o aeroporto
561 fica dentro do quilombo, no meio da comunidade. Pretendem ampliar o aeroporto, mas vai
562 esbarrar na reserva ambiental do quilombo e querem ampliar nesse lado. Já aprovaram o
563 aeroporto e também a expansão do setor imobiliário. Deram o aval para continuar, com a
564 aprovação do INCRA. Até mesmo abriram mão do aeroporto para agilizar o processo de
565 titulação. Existem outros espaços para o aeroporto em Palmas. **Claudio/Pescador**
566 **Artesanal** questiona se vira particular o aeroporto. **Rosemary/Quilombola** afirma que só
567 os empresários utilizam. É privado. **Lucas/NUPIER** questiona onde foi aprovado.
568 **Rosemary/Quilombola** fala que o município que aprovou, ocorreu em reunião com os
569 empresários e atuais gestores. Sempre tiram a comunidade do Plano Diretor do

569 município. **Rosemary/Quilombola** afirma que já oficiaram o MP, comunicaram o governo
570 estadual e federal, e encaminhará ao CEPCT. **Ana Brolo/MPPR** menciona que o
571 Conselho tem sido chamado quando há necessidade da CPLI. Existe uma normativa do
572 IAT que diz que nos processos de licenciamento ambiental o Conselho precisa
573 acompanhar, mas o papel do Conselho não é só em casos que é chamado. Diz estarmos
574 diante de um empreendimento que mesmo que já exista o aeroporto, se fala de uma
575 ampliação dentro de território quilombola. Ainda que o INCRA tenha se manifestado a
576 favor, não substitui a necessidade da CPLI. Devem encaminhar ao MP, a comunidade
577 deve ser consultada e o Conselho pode cobrar isso. **Taise/COPCT** expõe que esse tipo
578 de empreendimento tem que passar por estudo ambiental. **Laysmara/Povos de Terreiro**
579 aconselha reforçar e vincular ao número do protocolo que já havia sido enviado. **Ana**
580 **Brolo/MPPR** ressalta ser possível pedir um documento que precisa passar pela CPLI.
581 **Lucas/NUPIER** pede para enviarem o documento. **Laysmara/Povos de Terreiro**
582 relembra que são dois empreendimentos, o aeroporto e o setor imobiliário. **Ana**
583 **Brolo/MPPR** repete que ainda que o INCRA tenha se mostrado favorável, a consulta à
584 comunidade deve ser feita. **Laysmara/Povos de Terreiro** fala que devem questionar o
585 INCRA com base em que deram esse aval. 1a Promotoria de Justiça da Comarca de
586 Palmas - Dr Mateus Alves da Rocha - e-mail: madrocha@mppr.mp.br -
587 palmas.1prom@mppr.mp.br. Encaminhamento: Ofício ao MP, INCRA, Promotoria de
588 Justiça de Palmas, IAT, DP NUPIER e município. Reforçar e vincular ao número do
589 protocolo que já havia sido enviado. A consulta não ocorreu.

590 **Encaminhamento: crachá para cada conselheiro com seus segmentos.** Finalizam a
591 reunião.